



A escrita de Pero Vaz de Caminha e as características da história moderna para o ensino de história.

Julia Silveira Matos^{*}

Luciane dos Santos Avila^{**}

Fernanda Santos dos Santos^{***}

Resumo: O artigo se propõe analisar a carta escrita por Pero Vaz de Caminha. Os principais elementos encontrados foram: descoberta de novos territórios, o paraíso e a nudez. O uso de documentos em sala de aula pode ser um rico recurso para o ensino, pois este quando utilizado pode servir como uma ponte entre o presente e o passado para o aluno e contribuir na prática docente para aproximar os saberes construídos da realidade dos discentes. Na carta os indígenas foram vistos como seres exóticos e similares a Adão e Eva, a natureza é referenciada como o paraíso. Para isso faremos uma reflexão sobre o homem moderno como possuidor do outro, investigando o discurso de Caminha e a intenção exploratória na América. Nessa perspectiva, no presente trabalho nos propomos a analisar como este documento pode oferecer elementos para a compreensão da Idade Moderna no ensino de história.

Palavras-chave: Carta. História moderna. Ensino.

Abstract: The article aims to analyze the letter written by Pero Vaz de Caminha. The main elements were: the discovery of new territories, heaven and nudity. The use of documents in the classroom can be a rich resource for teaching, when used as this can serve as a bridge between the present and the past and contribute to the student teaching practice to bring the knowledge constructed reality of students. In the letter the Indians were seen as exotic beings and similar to Adam and Eve, nature is referred to as paradise. To do this a reflection on the modern man as possessing the other, investigating the speech and intention exploratory walks in America. In this perspective, in this work we propose to analyze how this document can provide elements for understanding the modern age in history teaching.

Keywords: Letter. Modern history. Education.

O uso de documentos em sala de aula pode ser um rico recurso para o ensino e resignificação histórica na escola. Conforme discorreu Maria Auxiliadora Schmidt e Malene Cainelli, o uso do documento histórico em sala de aula é “... indispensável como fundamento

^{*} Doutora em História, professora dos cursos de História da Universidade Federal do Rio Grande- FURG, Coordenadora de Pós-graduação em História: Mestrado profissional.

^{**} História licenciatura - FURG e bolsista de Iniciação à Docência – PIBID.

^{***} História licenciatura - FURG e bolsista de Iniciação à Docência – PIBID.



do método de ensino, principalmente porque permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica” (SCHMIDT & CAINELLI, 2009:116). De acordo com o proposto pelas autoras, o documento histórico quando utilizado como recurso didático pode servir como uma ponte entre o presente o passado para o aluno e contribuir na prática docente para aproximar os saberes construídos da realidade dos discentes. Nessa perspectiva, no presente trabalho propomos analisar como a carta escrita por Pero Vaz de Caminha pode oferecer elementos para a compreensão da Idade Moderna na sala de aula. Os elementos observados na narrativa de Caminha possuem características da história moderna, portanto, sua pesquisa é pertinente ao ensino de história. Os elementos encontrados na estrita são: descoberta de novos territórios, o paraíso, a nudez e a tentativa de volta aos ideais da antiguidade. Os indígenas foram vistos como seres exóticos e similares a Adão e Eva, a natureza é referenciada como o paraíso. Portanto, faremos uma reflexão sobre o homem moderno como possuidor do outro, investigando o discurso de Caminha e a intenção exploratória na América. A conversão é gradualmente colocada no cotidiano nativo, aos poucos foi se conduzindo a fé cristã e também novos modos e costumes. Sendo assim, percebemos que esse documento pode ser usado como um rico recurso didático para a compreensão das características da Idade Moderna, pois nela encontramos diversas peculiaridades que nos faz entendermos o pensamento daquela época.

O documento analisado nos mostra as intenções que Portugal tinha com o território e quais foram às primeiras impressões com o novo lugar e com seus habitantes. Para tanto, nos amparamos na proposta teórica de Max Weber que analisou as ações sociais e as relações humanas, destacando o sujeito da ação. Para ele as atitudes têm propósito e finalidades, portanto, quando um indivíduo age sobre o outro constitui outras formas de relações sociais.

Os elementos observados na narrativa de Caminha possuem características da história moderna, portanto, sua pesquisa é pertinente ao ensino de história, além de relatar parte da história da formação do Brasil. Nesta escrita está presente a descoberta de novos territórios, o paraíso, a nudez e a tentativa de volta aos ideais da antiguidade. A descrição dos comportamentos sociais indígenas que na visão do autor eram ingênuos e bestializados, que nos remete aos manuais de civilidade, além do detalhamento de como eram as feições destes povos.

Nas ideias de Castilho e Lima (1998), Pero Vaz de Caminha foi o escrivão oficial da frota portuguesa, sendo este testemunha do acontecimento. Castro (2009) em seu livro constata que a estrutura do texto endereçada a D. Manuel é clara, trata-se de um texto bastante



erudito e bem pontuado. A narração é detalhada, tanto no mar quanto em terra, esta se baseava nas impressões que os portugueses tiveram dos indígenas.

Segundo os autores Castilho e Lima (1998), o Brasil é um país extremamente jovem em comparação a outros. Sendo este, o único com certidão de nascimento lavrada por Pero Vaz de Caminha em 1500. Esta certidão seria a carta escrita por ele, quando as caravelas avistaram as terras de Vera Cruz, batizada posteriormente por Brasil, nome dado devido a sua imensa quantidade de pau- Brasil. Esta madeira era utilizada para extrair uma coloração vermelha, usada para tingir tecidos da nobreza.

A carta em questão começa com Caminha escrevendo sobre o “achamento” das terras Vera Cruz, termo utilizado por ele na carta. Podemos então problematizar se foi uma descoberta ou achamento, como foi escrito pelo próprio autor,

Senhor, posto que o Capitão-mor desta frota, e assim (mesmo) os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a noticia do achamento desta terra nova, que se agora nesta navegação achou, não deixei de também dar nisso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu puder, ainda que para o bem contar e falar, o saiba pior que todos fazer (CAMINHA, 2013, p.01).

Na visão de Caminha, as terras a que chegara eram um achamento, exatamente por na constarem nas cartas de navegação oficiais da época. O desconhecimento das terras apontado por Caminha, no entanto, não invalida o fato que de aqui existiam populações indígenas estruturas e que, portanto, eram os habitantes locais. Em análise do processo histórico de conquista das terras brasileiras, apontou Dias (2001), que o Brasil já tinha dono antes de ser descoberto, pois já havia sido dividido entre Portugal e Espanha no Tratado de Tordesilhas. Nesse sentido, se faz importante salientar em contextos de ensino que a historiografia por um grande período valorizou os feitos lusitanos, descartando a presença dos nativos presentes neste território. Ainda de acordo com o autor acima citado, são levantadas inúmeras questões que nos levam a crer na intencionalidade da ocupação do novo território. Para o autor os navegadores portugueses tinham experiência a quase um século de náutica atlântica e não iriam errar apenas com o Brasil. Outra questão levantada, é que Portugal já teria conhecimento das terras pela expedição realizada por Colombo, sendo este fato patentado.

A partir das questões relacionadas acima se percebe que os portugueses estariam procurando novas terras a fim de explorá-las. Estavam eles atrás de metais preciosos e de outras riquezas mais. Segundo Castilhos e Lima (1998) na carta ficam evidentes os interesses mercantilistas de Portugal, sendo este um sistema que tem por base o acúmulo de riquezas



extraídas de colônias, o entesouramento. Fica evidente essa procura por metais em fragmentos da carta analisada:

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro: nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre- Douro-e- Minho, porque neste tempo d' agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! (CAMINHA, 2013, p.13).

De acordo com a citação a cima, percebe-se o interesse de Portugal em extrair todo ouro e prata encontrada, a fim de obter enriquecimento próprio. Para Karl Marx, em seu livro *O Capital*, primeira parte, a mercadoria tem dois valores o de uso que é a utilidade da mercadoria e o de troca que é a venda desta. Os metais preciosos não foram achados de imediato, assim se explica o desinteresse português nos primeiros anos de colonização.

Na perspectiva de Dussel (1993) o *descobrimento* é uma invenção da Europa Ocidental, que faz parte do mito da modernidade onde a vítima se transforma em culpada, e o invasor é paradoxalmente inocente. Para o autor a história indígena foi afetada de todas as maneiras pela colonização. O autor os coloca como as primeiras vítimas da modernidade, tendo estes que sobreviverem à opressão desumana, nesta análise os modernos entraram em um processo emancipatório, tendo com objetivo civilizar os mais primitivos, rudes e bárbaros.

Desde o começo Caminha relata os esforços para tentar identificar na linguagem indígena, se haveria ouro e prata nas terras de Vera Cruz. A intenção exploratória é visível, pois o contato com os povos, segundo Caminha “primitivo” é feito de forma gradual e através de escambo.

Andariam na praia, quando saímos, oito ou dez deles: e de aí a pouco começaram a vir. E parece-me que viriam este dia a praia quatrocentos ou quatrocentos e cinquenta. Alguns deles traziam arcos e setas; e deram tudo em troca de carapuças e qualquer coisa que lhes davam. Comiam conosco do que lhes dávamos, e alguns deles bebiam vinho, ao passo que outros não podiam beber. (CAMINHA, 2013, p.10).

Para Marx Weber, considerado um dos fundadores dos estudos modernos da sociologia, as relações sociais são dadas quando os indivíduos agem em relação aos outros, para o filósofo o objetivo do capitalismo é o acúmulo de riqueza. Nesta lógica surge o Capitalismo comercial, Portugal busca novas rotas para as Índias, em busca de mercadorias que possam ser comercializadas com um preço menor, competindo com os italianos.



Conforme Eduardo Bueno, o rei de Portugal achou que o novo território explorado era conveniente para as navegações.

No pensamento de Dias (2001), o interesse de Portugal em sua expansão era em metais e especiarias. O primeiro tinha a função de moeda e também como decoração de palácios, já o segundo servia como remédio, para adicionar sabor à comida e também na perfumaria, este tinha um alto valor. Para Marx weber, a racionalização do capitalismo é a previsibilidade do lucro. Embora os portugueses estivessem aportando em um novo território, a rotina descrita na carta, impõe seus modos e costumes em detrimento aos dos povos que habitavam o Brasil.

Nas idéias de Fonseca, doutor em história pela universidade de Navarra em Portugal, a nudez encontrada nos trópicos é relacionada com Adão e Eva e sua inocência no que estava ao seu redor. Esta ingenuidade é vista como bestialidade, mas não com alteração moral. O discurso presente na carta remete aos valores da antiguidade, e assim se justifica não como “vergonhas descobertas”, referindo-se aos órgãos genitais femininos e masculinos, mas como fruto da inocência de quem não está inserido na fé cristã.

Para Revel (1991) o pecado original é associado à nudez. A vestimenta obedecia a uma norma religiosa, pois cobrindo o corpo impedia de passar o pecado a outra pessoa. Os modos de civilidade eram naturalizados socialmente, todas as expressões corporais deviam ser revistas, para não se reincidir em atitudes não aceitáveis socialmente.

Em contrapartida, no seu livro *O Renascimento*, Nicolau Sevcenko (1994) aponta que nesta época os Humanistas eram todos cristãos, somente interpretavam o evangelho conforme os ideais da antiguidade. Embora o antropocentrismo, onde o homem é dotado de capacidades, explica o porquê das grandes navegações, sendo ele obra da natureza faz com que este possa explorá-la. Para o autor, na Idade Média surgiram grandes cidades, casas bancárias e feiras internacionais de comércio, assim, criou-se uma estrutura para o sistema feudal. Como este estava alicerçado na figura de Deus, e na idéia que a terra era finita, a economia era polarizada em poucas regiões. As ações eram subordinadas aos dogmas religiosos, todos estes conjuntos de regras favoreceram uma morosa expansão, pois tudo se explicava de acordo com a vontade divina.

A época das grandes navegações, a mentalidade era que o homem tinha o domínio da natureza. A finalidade das viagens, não era de cunho somente exploratório sobre o território, mas também sobre as pessoas. Na visão moderna o mundo estava aberto e possuía riquezas infinitas. Conforme Caminha discorreu em sua carta a El Rei, seu grupo ao descer das embarcações não adentraram no território com força, mas com cuidado para não causar



conflito com aqueles que aqui habitavam, com vistas a conhecer e o espaço e também descansar da viagem, como relatou:

E que, portanto, não cuidássemos de aqui por força tomar ninguém, nem fazer escândalo; mas sim, para os de todo amansar e apaziguar, unicamente de deixar aqui os dois degredados quando daqui partíssemos. E assim ficou determinado por parecer melhor a todos. Acabado isto disse o capitão que fôssemos nos batéis em terra. E ver-se-ia bem, quejando era o rio. Mas também para folgarmos (CAMINHA, 2013, p.06).

Essa característica de estabelecimento de um primeiro contato pacífico, pode ser melhor compreendido a partir da base reflexiva proposta pelo sociólogo Gabriel Cohn (2013), especialista na obra de Max Weber, que conclui que o poder esta associado ao domínio. Portanto, a partir dessa proposição, a ação dos portugueses é a de seduzir os indígenas, para consolidar as relações. No primeiro contato que os integrantes das caravelas tiveram com os nativos, satisfizeram algumas vontades dos índios, para que mais tarde já integrados ao território pudessem transitar com maior facilidade. O processo de dominação, exemplificado aqui é feito de forma não de impor a vontade da Coroa inicialmente, até porque os europeus estavam em menor número, mas sim o exercício de poder, isto é obter aceitação quando orientados a agir de uma forma específica.

O imaginário da Idade Moderna é vinculado à antiguidade, o paraíso de Adão e Eva estava perdido. Quando a caravela avistou o monte nomeado de Pascal, à vinculação com este lugar é logo percebida. Em muitos trechos, Pero Vaz descreve o Brasil como sendo terra chã de grandes arvoredos, na bíblia Deus providencia tudo que é necessário para subsistência, desde que não seja cometido nenhum pecado. A visão do escrivão é que a ingenuidade dos nativos é genuína e que não estariam cometendo infrações, mas sim aptos a conversão.

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade.(CAMINHA, 2013, p.10).

Também podemos analisar a intenção de converter o povo nativo a religião católica. Fica claro que Caminha tira conclusões de que o povo não tem nenhum tipo de culto a



qualquer divindade, ou se este observa o contrario não a reconhece como tal. Podemos afirmar no trecho abaixo:

E segundo o que a mim e a todos parece, esta gente, não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, do que entenderem-nos, porque assim tomava aquilo que nos viam fazer como nós mesmos; se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados e convertidos as desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para batizar; porque já então terão mais conhecimentos de nossa fé, pelos dois degredados que aqui entre eles ficam, os quais hoje também comungaram. (CAMINHA, 2013, p.12).

Nesta visão a religião serviria para guiar os índios na fé católica, imprimir a eles uma conduta a ser obedecida. Para Weber os agentes irão conduzir a existência atribuindo sentido aos atos. Os nativos não compreendiam o porquê do interesse português no ouro, mas com a presença de Deus e que esta seria sua vontade. A imposição não seria humana e sim divina, a ligação com a natureza não foi vista como uma religião, este foram comparados aos outros animais, eram bestializados.

Para Cohn (2013), quando se atribui sentido a determinados atos, se conduz o que deve ser feito e como será realizado. A coerção é feita de modo sistemático, a aceitação é colocada, para que se tenham elementos para conduzir a vida. A missa foi à primeira forma efetiva de conversão realizada nos trópicos, é vista como exemplo de obediência. Para Caminha a devoção era seu propósito, naturalizou a dominação e submeteu os indígenas a mesma forma de dominação.

Segundo Lucian Febvre, “A história é filha do seu tempo” (FEBVRE, 2001, p. 07). Ocorre aqui uma vigília dos atos, os sujeitos são encarregados constantemente através da devoção, perceber o pecado e o propósito de suas ações. O divino é legitimado, os atos são em nome de Deus, pois é ele quem detém o poder. E todos nesta visão moderna, devem conhecer esta perspectiva.

A incorporação do pecado pode ser percebida na escrita de Caminha, pois em muitos trechos, o escrivão se escandaliza pelo fato dos indígenas andarem nus. Todas as ações realizadas são justificadas a D. Manuel I rei de Portugal, e são realizadas conforme os preceitos da fé Católica. Para Cohn (2013), por mais que os homens apareçam como dominados, estes continuam sendo agentes, ou seja, conduz de alguma forma sua existência.



A dominação passa pela aceitação da interferência realizada nos modos de conduta. O contato entre os povos indígenas e portugueses ocorreu através da curiosidade de seus modos e costumes. O escambo foi o primeiro mecanismo de dominação utilizado pelos portugueses, pois estes sentiram que os índios estavam arredios a presença deles. Os lusitanos traziam vários artigos estranhos aquela cultura, e através do novo legitimavam a dialética entre dominado e dominante.

E os deixassem ir com seu arco e setas, aos quais mandou dar a cada um uma camisa nova e uma carapuça vermelha e um rosário de contas brancas de osso, que foram levando nos braços, e um cascavel e uma campainha. E mandou com eles, para lá ficar, um mancebo degredado, criado de dom João Telo, de nome Afonso Ribeiro, para lá andar com eles e saber de seu viver e maneiras. (CAMINHA, 2013, p.04).

Os degredados iriam viver perto dos índios para se ambientar a cultura nativa. A inserção destes na rotina em terra traria elementos para o entendimento da sociedade indígena. Só assim os portugueses teriam instrumentos, para conversão e incorporação dos hábitos portugueses. Em um primeiro momento não é feito por imposição, mas sim pela naturalização das relações, para que após se legitime o poder.

Podemos salientar a importância da escrita na “descoberta” do Brasil. Pois foi a partir dela que se legitimou o fato. Segundo Chartier (1991) saber ler é primordialmente condição básica para o surgimento de práticas construtivas. A escrita foi à base da sociedade moderna, ela é associada à imposição dos dominados pelos dominantes.

Podemos então dizer que esta carta teve um papel fundamental no fato ocorrido, pois o peso da escrita era valiosíssimo na época. O autor acima afirma em seu texto que o número de mulheres que sabiam ler era muito inferior do que os homens, e também representava um status social ser letrado. A partir disso podemos analisar que Caminha era um homem que tinha um papel importante na sociedade lusitana, pois o fato deste saber ler e escrever foram o que o fez embarcar nas caravelas. Ele tinha a função de manter contato com a coroa para informar o que estava ocorrendo, e também exercia uma enorme função dentro da expedição de Cabral. Relatar tudo que via e documentar.

A partir da análise de Castro, a carta de Caminha se insere na literatura de testemunho, a narração é feita desde a partida de Belém, com a descrição e quantificação dos navios. O escrivão descreveu suas impressões da nova terra, na escrita, os portugueses têm funções



individuais, enquanto os índios aparecem de forma coletiva e sempre com referência a seus “hábitos” considerados pelo narrador como “estranhos”. Vejamos um fragmento da carta:



Fragmento da carta de Pero Vaz de Caminha, disponível em:

<http://www.superdownloads.com.br/download/185/livro-carta-de-pero-vaz-de-caminha/>

A leitura da Carta para nós somente se faz possível com auxílio da paleografia. Mas, não podemos perder de vista que de acordo com Chartier (1991), a escrita é uma imposição que submete o fraco ao forte, um instrumento de dominação. A carta legitima a história do Brasil, justamente por ter sido escrita. Castro situa a carta como o primeiro ato do nascimento do Brasil, esta reflete o comportamento português, a chegada de Pedro Álvares Cabral sendo uma invenção ocidental, pois mesmo não se negando a presença indígena, não se atribui a eles parte da história.

Com isso podemos compreender, que o Brasil sendo um país que possui uma certidão de nascimento, esta diretamente ligada à história da escrita e a sua valorização. A narrativa de Caminha de acordo com a interpretação de Castro é passiva em um primeiro momento, pois somente descreve o que lhe é contado após sair das caravelas e a partir daí sua narrativa ganha estilo ativo.

A partir da análise Novaes (1999), o ocidente impõe seus costumes ao novo mundo. Para o imaginário português os nativos estavam próximos dos animais, pois eram selvagens e seus comportamentos e linguagens eram pouco ou nada entendidos. Para Weber não existe



imposição, mas sim o agente que esta a frente e os que seguem os dominados seguem a orientação que é apresentada, os opostos sempre irão existir e suas relações serão de tensão.

Na concepção weberiana, o pensamento moderno na narrativa de Caminha é exposto quando este coloca que a relação entre indígenas e europeus é importante. O escrivão descreve que por ordem, de Pedro Álvares Cabral dois degredados estão encarregados de ficarem em terra com os nativos, a fim de compreender seus modos, isto serve para que os lusitanos obtenham vantagem na relação com os tupiniquins. Conforme discorreu Caminha:

E entre muitas falas que sobre o caso se fizeram, foi por todos ou a maior parte dito que seria muito bem. E nisto concluíram. E tanto que a conclusão foi tomada, perguntou mais se lhes parecia bem tomar aqui por força um par destes homens para os mandar a Vossa Alteza, deixando aqui por eles outros dois destes degredados. Sobre isto acordaram que não era necessário tomar por força homens, porque era geral costume dos que assim levavam por força para alguma parte dizerem que há ali de tudo quanto lhes perguntam; e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens destes degredados que aqui deixassem, do que eles dariam se os levassem, por ser gente que ninguém entende. (CAMINHA, 2013, p.06).

A narração conduz o leitor da carta à ação e através desta a dominação, na análise de Cohn (2013), o Estado instituído legitimava as ações, o objetivo da Coroa portuguesa era expandir seus territórios, e explorar as riquezas encontradas. Para o autor, o poder de certo modo derivava da apropriação, na lógica europeia a concorrência de mercado era acentuado, colonizar outros povos, significa acumular riqueza, ou seja, monopolizar poder.

Para Novaes (1999), ver o outro é em parte um ato intelectual, pois a aparência é preenchida através das noções constituídas anteriormente, ou seja, do imaginário. Na carta podemos evidenciar o quanto os europeus estranharam os nativos, pois em nenhum momento eles falam por encontrar algum traço familiar. Ainda conforme Caminha:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beiço; e a parte que lhes fica entre o beiço e os dentes é feita como roque de xadrez, ali encaixado de tal



sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber.
(CAMINHA, 2013, p.03).

A partir da análise da carta escrita por Caminha podemos dizer que o uso deste documento é dinâmico para o entendimento da mentalidade da Idade Moderna. Isso porque nela encontramos diversas características do pensamento moderno, fazendo que este entendimento seja mais visível para o discente e ainda promova o desenvolvimento das habilidades de análise, interpretação e reflexão crítica de fontes históricas.

Na carta de Pero Vaz de Caminha fica aparente as intenções que a metrópole tinha em relação à colônia. Pois em vários trechos do documento salientou-se a procura de metais preciosos, no referencial moderno o entesouramento de ouro e prata significava poder em relação a outros países.

Podemos perceber que os indígenas foram vistos como seres exóticos e similares a Adão e Eva, a natureza é referenciada como o paraíso. A inocência nativa é destacada em vários momentos. Caminha em toda a sua narrativa pretende afastar a idéia dos tupiniquins como pecadores, afirma que são dóceis e de fácil conversão, se tivessem conhecimento da fé certamente seriam cristãos.

A conversão é utilizada para a dominação, embora em um primeiro momento conte com o estranhamento indígena. Esta é ponderadamente colocada no cotidiano nativo, aos poucos foi se conduzindo a fé cristã e também a novos modos e costumes. O escambo é colocado, não só como forma de solidificar as relações sociais mantidas, mas também para destacar a ingenuidade dos selvagens, pois seriam facilmente ludibriados pelas novidades européias.

Não podemos deixar de destacar a importância da escrita na relação ao descobrimento, denominada pelo escritor da carta. O Documento reconhece a fundação do Brasil em detrimento de todo à história indígena pregressa, a escrita é um elemento de dominação, sendo parte da cultura européia. Reconhecer a carta como certidão de nascimento do Brasil é validar a história eurocêntrica.

Podemos, a partir deste documento, problematizar com os alunos se os valores daquela época ainda são aplicáveis nos dias atuais? se ainda estamos submissos a cultura a valores impostos de outros países? O discente pode problematizar a partir de suas vivências e do conteúdo proposto com o intuito da carta e como se deu o processo de colonização do Brasil, assim resignificando a história escolar e do Brasil.



FONTE:

Carta a El Rei D. Manuel, Dominus: São Paulo, 1963 Disponível em:
<<http://www.bibvirt.usp.br>> acessado em: 15 de fev. 2013 às 10h.

CAMINHA, Pero Vaz. A carta de Pero Vaz de Caminha. Biblioteca Nacional: RJ, Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf, acesso em 05/08/2013, as 11:24.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CASTRO, Silvio. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Porto Alegre: L&PM. 2009.

CASTILHO, Maria Augusta & LIMA, Terezinha Bazé. **500 anos. O documento ímpar do descobrimento do Brasil**. Campo Grande: UCDB.1998.

CHARTIER, Roger, As práticas da escrita. *In: História da vida privada: Da Renascença aos séculos das luzes- volume 3*. São Paulo: Companhia das letras. 1991.

COHN, Gabriel. **Adeus Weber**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=-LaFaoERNGs>> acessado em: 15 de fev. 2013 às 10h.

DIAS, Manuel Nunes. **Expansão Européia e Descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Difel. 2001.

DUSSEL, Enrique. 1492: **O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes. 1993.

FEBVRE, Lucien. Apresentação. *IN: BLOCH, Marc. Apologia à História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Visão do paraíso**. São Paulo: Editora brasiliense. 1992.

NOVAES, Adauto. **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das letras. 1999.

REVEL, Jacques. O uso da civilidade. *In: História da vida privada: Da Renascença aos séculos das luzes- volume 3*. São Paulo: Companhia das letras. 1991.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret. 2004.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar. 1963.

WEBER, Max. **História geral da economia**. São Paulo: Mestre Jou. 1968.

SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento**. São Paulo: Editora atual. 1994.

SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 2 ed, São Paulo: Scipione, 2009.

*Recebido em Julho de 2013
Aprovado em Agosto de 2013*